

TESE ALTERNATIVA: CRÍTICA, AUTOCRÍTICA E UTOPIA

INTRODUÇÃO

1-Esta tese alternativa CRÍTICA, AUTOCRÍTICA E UTOPIA é fruto de conversas de militantes durante as concentrações e caminhadas das manifestações de rua; de cochichos de fundos de sala das reuniões do PT; de debates em colégios, universidades, sindicatos e organizações populares; de rodas de conversas virtuais pelas redes sociais – todas e todos angustiados pelo golpe parlamentar-midiático-judicial de 2016, mas estimulados pela luta popular contra sua consolidação e pela resistência à retirada dos direitos sociais que ainda há de se manifestar fortemente.

2- Desenvolvemos nesta tese a crítica que revela os interesses e os métodos antidemocráticos das forças que articularam e consumaram o golpe de estado de 2016. Ele foi condição necessária para que as classes mais bem situadas na pirâmide social, que se sentiam prejudicadas pelas políticas de um governo de corte democrático-popular, buscassem impor, em todas as suas dimensões, suas políticas e a sua saída à crise econômica às custas da maioria do povo.

3-O governo ilegítimo Temer e a maioria do Congresso mostram agora a que vieram: para garantir a cota de pagamento do serviço da dívida pública com a PEC do Teto de Gastos; para congelar as dotações orçamentárias de saúde e educação públicas, de transferência de renda e de garantia de direitos previdenciários e trabalhistas; para praticar uma política econômica que produz milhões de desempregados, reduz a renda dos trabalhadores, desmonta empresas estatais em favor do capital privado, destroça grandes corporações privadas nacionais em proveito das grandes corporações e fundos internacionais; para voltar às privatizações que mais parecem transferências graciosas de renda do Estado para corporações privadas; para facilitar o saque ao patrimônio natural com a desregulamentação ambiental, jogando o ônus dos danos para as gerações futuras.

4-Os promotores e beneficiários do golpe revelam a amplitude de seu caráter reacionário e antidemocrático, que vai para além da economia, quando implantam o arbítrio na interpretação da Constituição e das leis num verdadeiro Estado de Exceção; estabelecem uma justiça seletiva a serviço de seus interesses; põem-se a criar novas leis que regridem nos direitos de cidadania; favorecem a agressão aos direitos humanos; desmerecem a luta libertadora das mulheres, negros e negras, indígenas, LGBT, e de todos e todas que lutam contra as mais variadas formas de opressão e discriminação.

5-Este conjunto de medidas que retira direitos do povo no presente e promete mentirosamente preservar direitos no futuro, não se limita ao governo e às instituições do poder central. Vai se reproduzindo como uma onda nos governos e parlamentos estaduais e municipais, atingindo os interesses populares em suas variadas dimensões. Já há exemplos e sinais de que, com a perspectiva de crescimento de protestos populares, de greves, de ocupações de escolas e universidades, os golpistas e seus seguidores se preparam para uma escalada da repressão policial. Esta, em síntese, é a crítica que desenvolvemos.

6-Desenvolvemos aqui também a necessária autocrítica. Se uma vasta política de alianças com setores que não têm conosco projetos estratégicos, mas apenas interesses conjunturais e, muitas vezes, de privilégios ilegítimos, foi uma exigência tática para conformar uma governabilidade de ocasião, não termos encaminhado um conjunto de reformas que mudassem as regras de jogo vigentes à época, foi um erro. Este erro, que hoje parece amplamente reconhecido entre nós, nos tornou reféns, num primeiro momento, daqueles interesses; e, num segundo momento, nos tornou vítimas de um golpe proferido com o apoio desses mesmos setores que se apresentaram como base da governabilidade que encetamos.

7-O PT cometeu ainda o erro grave de não disputar a hegemonia na sociedade, faltou-lhe procurar convencer a população da justeza do seu projeto, como se isso pudesse decorrer apenas das suas políticas públicas. Não incentivou, como devia e precisava, o protagonismo independente da classe trabalhadora, dos movimentos das mulheres, negros e negras, indígenas, jovens, idosos e idosas, em luta contra a opressão e discriminação e por seus direitos. Estabeleceu relações de poder semelhantes ao praticados pelos partidos da ordem, que deram margens às acusações de corrupção que detonaram sua imagem pública. Não promoveu entre seus militantes uma visão mais ampla de mundo, levando a que novas camadas de militantes não divisassem um futuro para além do reformismo do sistema vigente, e ainda mais, um reformismo moderado. Transformou as eleições na quase única meta e modelo da ação militante e da estratégia transformadora.

8-É preciso reconhecer também erros foram cometidos pelo governo Dilma, que não avaliou adequadamente os impactos da crise internacional, promoveu desonerações de impostos crescentes e permanentes e, por final, aplicou um ajuste fiscal que contribuiu para que setores da classe média, já muito incomodados com a ascensão das classes populares e influenciados pela sistemática campanha anticorrupção da mídia, se mobilizassem contra o governo. Ao mesmo tempo, as medidas de ajuste e a campanha antiPT neutralizavam o apoio ao governo por parte de amplos setores da classe trabalhadora e do povo pobre.

9-O longo caminho da autocrítica passa pelo reconhecimento dos erros e pela nova prática política e social priorizando sua inserção na luta social dos trabalhadores e dos segmentos oprimidos e discriminados, respeitando suas autonomias, mas disputando seus corações e mentes. As práticas e as direções precisam ser renovadas para que, levando em conta a nova conjuntura de derrota, os erros cometidos, e a devida correção deles, abram-se novas perspectivas para o reencontro do PT com a maioria do povo, com seu ideário socialista e sua razão de ser.

10-As direções partidárias e a maioria que as controlavam precisam reconhecer sua responsabilidade, seja de se submeterem incondicionalmente aos que dirigiam nossos governos ou representavam o partido nos parlamentos; seja pela burocratização que criou uma camada de dirigentes que se eternizava no poder interno; seja pela opacidade e falta de práticas democráticas que permitissem a intensa participação das bases das decisões.

11-Se a crítica e a luta contra o golpe e o novo regime exige um PT combativo como nos velhos tempos, a luta contra a sociedade capitalista injusta, desigual, e degradante ética e ambientalmente, exige um PT militante para os novos tempos. Um partido que tenha uma consciência coletiva de orientar-se no presente dentro da perspectiva futura da utopia da sociedade socialista democrática e sustentável, onde homens e mulheres poderão usufruir dos bens comuns da natureza e dos bens do trabalho humano de acordo com suas necessidades materiais, culturais e espirituais. Portanto, que a cada passo tático de sua ação na sociedade ou de suas práticas avalie sua necessária relação com o grande objetivo estratégico.

12-Caminhamos para o 6º Congresso, convocado fundamentalmente para gerar um posicionamento do Partido dos Trabalhadores frente ao novo quadro por que passa o país. O PT só poderá dar conta de se posicionar frente a esse novo quadro se o compreender da melhor forma possível e se for capaz de se readequar, se redesenhar para poder jogar algum papel importante no cenário futuro.

13-A simultaneidade entre o necessário debate político e a renovação das direções acaba subalternizando as definições políticas. Importante seria se a renovação diretiva fosse decorrência de uma nova definição política estratégica, dada a situação de crise por que passa o país e, ligada a esta, a crise por que passa nosso partido.

14-Sofremos e vimos sofrendo, desde 2015, um conjunto de derrotas importantes: o impeachment de Dilma votado e aprovado por enorme maioria de votos nas duas casas do Congresso; vários companheiros dirigentes do PT foram ou continuam presos e condenados; várias conquistas sociais e civilizatórias vêm sendo desmontadas; o patrimônio nacional, em muitas áreas,

vem sendo dilapidado ou entregue a interesses privados; a soberania nacional vem sendo maculada de maneira importante; o papel geoestratégico que o país vinha jogando no cenário mundial vem sendo desmontado, com mudanças importantíssimas nos alinhamentos internacionais do Brasil.

15-Como devemos entender essas derrotas? São elas apenas derrotas conjunturais e episódicas, ou devemos entender que são derrotas de longa duração, portanto estruturais? Lembremos que o Golpe de 1964, que derrotou a esquerda da época, apenas se consolidou quando do Ato Institucional nº 5, em 1968. Durante esse período, os quadros de forças foram sendo modificados, seja no campo golpista, seja no campo das forças políticas derrotadas. Pelo lado golpista, alguns personagens que haviam sido centrais para o golpe foram ao poucos sendo colocados de lado ou mesmo cassados, entre eles o ex-presidente Juscelino Kubitschek, apoiador do golpe militar e da deposição de João Goulart, que, se vingassem as promessas redemocratizantes do golpe de 1964, seria o mais sério candidato à Presidência da República em 1965.

16-Neste golpe de agora, também não está sedimentada a estrutura de poder golpista. Michel Temer é o mal necessário que deu garantia de maioria parlamentar para o impeachment, bem como possibilitou uma sucessão tranqüila, aparentando legalidade, por ocupar o posto de Vice-Presidente da República. Mas ele não é exatamente um representante direto das velhas oligarquias brasileiras, nem do capital financeiro e de outros setores do capital, que tomaram a centralidade no movimento golpista. Muita água ainda vai rolar. O golpe está em processo, não está totalmente consolidado. Amanhã poderá ser diferente do que se apresenta hoje.

CRÍTICA AO SISTEMA E AO GOLPE

17-O golpe, além das velhas oligarquias que retomam papel central no Estado como um todo, compõe-se de forças e interesses bastante variados. O capital financeiro, ao ver seus ganhos com risco de redução, força a marcha contrária aos programas sociais, entre eles benefícios previdenciários, que tiram a capacidade do Estado de assegurar rendimentos. O grande capital internacional das áreas de energia, segurança, engenharia pesada, alimentos, comércio, tecnologias de ponta, busca tomar o lugar do capital nacional que avançava nesses segmentos, e, em vários casos, o faz através de um conluio com forças nacionais para o desmonte dos avanços que o Brasil teve nessas áreas. O capital em geral, através do golpe, busca, por sua vez, retomar uma taxa de lucro às custas da redução de salários e da precarização dos direitos trabalhistas que resultaram de um século de lutas. E outras forças sociais conservadoras, além de ver no golpe a garantia de seus privilégios, navegam nele em busca de deter mudanças de maior liberdade nos costumes.

18- A elite do capitalismo brasileiro e seus agentes nas instituições públicas,

que travaram várias batalhas contra o PT e a esquerda, especialmente desde que o PT chegou à presidência da República, conseguiram vencer violando as regras democráticas, e prosseguem agora tentando fazer do território conquistado uma terra arrasada. Contaram para desferir o golpe de estado com o apoio da maioria da classe média, e o apoio silencioso, ou omissão - e ainda com o voto nas recentes eleições municipais - de multidões cuja promoção de direitos tem sido a razão de ser do PT e da esquerda. Estamos, portanto, diante de uma derrota política e também ideológica.

19-Da crise mundial atual se aproveitaram as grandes corporações internacionais para ganhar mais espaço, concentrar mais capital, conquistar novos mercados, e consolidar sua influência na definição das políticas dos governos nacionais. As mesmas corporações passaram a exigir no mundo todo, e aqui, ainda no resistente governo Dilma, a receita da austeridade fiscal. Depois do golpe elas simplesmente mandam no governo ilegítimo e na sua base parlamentar para que haja menos Estado para o povo e mais recursos do Estado para elas.

20- Os ideólogos do capital conseguiram consolidar o senso comum de que o governo é o único culpado pela crise, pelo desemprego, pela queda da renda dos trabalhadores, pela multiplicação dos pobres. A grande mídia empresarial espalha interpretações do mundo, inventa heróis de seu interesse, ou impinge a imagem de vilões em quem o capital quer destruir.

21-Neste quadro, sem poupar o governo que usurpou o poder com o golpe, não podemos colocar água no moinho deste senso comum. Não podemos reduzir o sistema ao governo e ao Estado. É hora de revelá-lo em sua inteireza e de mostrar que a crise surgiu do grande capital especulador, da globalização que serve às grandes corporações privadas. Que, para não perder na crise, os capitalistas, a velha e a nova oligarquia querem mais recursos do Estado (juros altos, crédito subsidiado, desoneração de tributos, garantia de contratos, superfaturamento em obras e serviços, investimentos onde elas se beneficiam, manutenção de privilégios) e mais poder, tudo às custas dos direitos sociais, do empobrecimento da maioria do povo, e às custas dos direitos civis e democráticos da maioria.

22-É o capital privado empresarial o principal agente que promove a corrupção nas instituições estatais e, espertamente, induz a consciência popular a crer que os responsáveis pela corrupção são apenas os seus cúmplices nelas. Ele se aproveita do engessamento do Estado em camadas sobre camadas de burocratização, normas e organismos de controle cada vez mais intrincados e paralisantes, para convencer a sociedade de que o que é privado é muito mais eficiente e superior do que é estatal. Conseguem então um duplo resultado: difundir e infundir a ideologia que exalta as virtudes da empresa privada; e convencer a sociedade de que toda a culpa está na política em sentido estrito, demonizando-a. Nela escolhem como seu alvo preferencial a esquerda. É a ela que verdadeiramente lhes interessa combater, por sua base social, pela permeabilidade que seus governos abrem para as classes populares, pela

destinação de recursos estatais em maior quantidade para as políticas sociais, e pelo perigo que, a prazo e em determinadas condições, a esquerda pode representar para a própria sobrevivência do sistema.

23-Por sua vez, além do capital, outros setores ganham com o golpe, do qual são atores mais explícitos. Primeiro, as tradicionais forças políticas e partidárias, que, com o golpe buscam ampliar seus ganhos com o controle da máquina pública. Suas hesitações em algumas medidas se explicam pelo temor da reação popular em eleições futuras.

24-Em segundo lugar, ganha com o golpe a grande mídia familiar, fundamental formadora de opinião na sua direção. Ela busca garantir centralidade no processo político e ter ganhos materiais com isso. Em terceiro lugar, ganham as altas corporações da burocracia do Estado, no judiciário e no poder executivo, que se aproveitam para reforçar sua autonomia e seus privilégios corporativos. Todos estes setores que se beneficiam com o golpe têm sua reprodução e seus cúmplices nos estados e nos municípios.

25-As forças armadas, que se vêm mantendo silentes no avançar do golpe, tendem a se posicionar de maneira contraditória e já surgem sinais disso. Por um lado, vinculam-se de maneira figadal ao combate às forças políticas de tendência mais democrática, entre elas o PT, bem como ao avanço da democracia social. Nisto têm nas polícias seus fiéis aliados. Mas por outro lado, sentem muitos de seus grandes projetos estratégicos de segurança nacional serem colocados sob risco ou, até mesmo, inviabilizados, como é o caso do submarino nuclear, do míssil balístico de longo alcance, do programa espacial, do programa de defesa aérea, da tecnologia de informação vinculada à segurança, do programa nuclear e outros programas estatais.

26-É um equívoco considerar o golpe como uma derrota circunstancial nossa, a ser revertida em 2018 no novo processo eleitoral. Independentemente de nosso desempenho naquelas eleições, o quadro de forças não conseguirá e não poderá ser o mesmo que deu base a nossas eleições anteriores. Vamos necessitar nos reorganizar para um processo de luta bem mais longo e que demandará uma orientação diferente em nossas prioridades de ação (prioridade à luta social, política e ideológica, em relação à disputa eleitoral) e orientação diferente na política de alianças que praticamos para eleger Lula e Dilma e sustentar seus governos (prioridade às alianças com forças democrático-populares em relação a alianças com partidos tradicionais com voto).

27-No curso de um golpe de estado em andamento, com desdobramentos ainda em gestação, apostar em esperanças indicadas por pesquisas presidenciais a um ano e meio das próximas eleições, não garante nada para o PT. É só recordar tantos momentos da política brasileira, seja nas eleições nacionais ou locais, quando pesquisas longe do momento do voto não foram

confirmadas.

28-Se não logarmos avançar na empatia com a maioria do povo via resistência aos retrocessos em promoção pelo golpe, teremos imensas dificuldades nas eleições proporcionais em todos os níveis, nas majoritárias dos estados, e na majoritária nacional. Além do mais, entre hoje e as eleições muita mudança nas regras e possibilidades poderão ocorrer: uma reforma eleitoral adaptada aos interesses das oligarquias majoritárias no Congresso Nacional; condenações que levem à inelegibilidade de Lula, ou mesmo, em hipotética vitória, grandes dificuldades para governabilidade. O crescimento de Lula não aponta para uma situação de aceitação democrática pelos golpistas. Seria para eles uma renúncia pacífica ao golpe, há tanto por eles aspirado, e agora viabilizado.

29-Os acontecimentos atuais revelam, mais uma vez, a baixa tolerância democrática da burguesia brasileira. Seu segmento hegemônico é internacionalizado e por isso não consegue elaborar um projeto autônomo para o país. Quando se viu dentro e diante de um projeto nacional de desenvolvimento, inclusão social, relativa democratização da vida política e certa autonomia política internacional, que também a beneficiava, mesmo assim, apelou para a derrubada do governo, a imposição de um governo ilegítimo e um regime de restrições democráticas. A radicalização dos derrotados nas eleições de 2014, a operação judicial-policial seletiva da Lava Jato, fonte diária para a campanha da mídia, e a derrota do governo no parlamento, foi fechando o círculo, enfraquecendo ainda mais o governo e isolando o PT. Finalmente, surgiram como um elemento novo e decisivo para o resultado as grandes manifestações de massa das classes médias nas ruas, bastante impulsionadas pela mídia empresarial.

30-As forças golpistas tendem a se depurar e encaminhar-se para a sedimentação de um projeto de país subalternizado economicamente pelo capital financeiro e pelo capital multinacional e subalternizado na geopolítica internacional. Os alinhamentos que se estão dando são opostos ao alinhamento que nossos governos vinham implementando.

AUTOCRÍTICA DO PT

31-O PT tinha conseguido sedimentar-se no processo histórico como um partido central na articulação das lutas sociais, em seu período inicial, e das lutas institucionais, no período mais recente. Pelo peso que foi conquistando, ganhou a condição de “partido âncora” da luta política democrática e social. O processo político recente desmontou esse caráter.

32-Durante nossos governos não logramos sedimentar um arco de forças políticas, sociais e ideológicas de solidez em torno de nosso projeto político. As alianças, do ponto de vista de nossos mais importantes aliados políticos e empresariais foram de ocasião e se desfizeram assim que seus interesses entraram em conflito com a preservação de nossas políticas sociais e

econômicas. Isso se deu tanto para as nossas políticas nacionais quanto internacionais.

33-Precisamos ter a humildade de reconhecer a necessidade de construção de um amplo arco de alianças democrático e de solidariedade social no qual está em jogo um projeto de nação. O PT, se conseguir se reestruturar para isso, poderá vir a jogar papel importantíssimo, mas não pode ser pensado como dono desse projeto. Precisamos aprender a conviver com as demais forças políticas e sociais de um campo democrático-popular e, com elas, construir, em processo, esse projeto comum. Não se trata de cooptar essas forças políticas mas de, entendendo sua diversidade e especificidades, compor um processo de frente política não apenas de forças partidárias, mas de forças políticas organizadas em torno de movimentos sociais, de movimentos de opinião pública, de movimentos intelectuais das várias áreas, de movimentos relacionados às diversidades individuais e sociais. É necessário entendermos que as forças de resistência e de disputa do avanço do país também tem contradições internas, mas que o tratamento dessas diferenças e contradições precisa ser profundamente democrático e respeitoso. Com essas forças, precisamos nos entregar a uma luta longa e de fôlego, disputando com outros projetos de nação que estão sendo construídos por forças antagônicas a um projeto democrático-popular.

34-Agora, o processo golpista vem minando profundamente os avanços civilizatórios que se foram consolidando depois do fim da Ditadura e Constituinte de 1988 e, principalmente, com os governos petistas de Lula e Dilma. Valores de solidariedade social e de cidadania estão dando lugar ao renascimento exacerbado da ideologia neoliberal, do crescimento do poder e prestígio da burocracia judicial, dos candidatos da “não-política” (não só o PT foi criminalizado, mas a própria política), junto com a ideologia do ódio à esquerda que apontam para uma escalada repressiva neofascista aos movimentos e partidos que a representam. O papel que a grande mídia, particularmente os veículos das Organizações Globo, jogou e vêm jogando tem sido decisivo nessa direção.

35-Não se pode menosprezar o papel da disputa do imaginário popular, da hegemonia, feito pela classe dominante promovendo um triplo desgaste do governo, do PT e de Lula. Mas, nos colocarmos como simples vítimas dessa trama não nos tira do atoleiro.

36-Fizemos muito quando exercemos o governo nacional e os governos locais. Marcamos uma fase rara na história brasileira com novos avanços sociais, democráticos e de independência nacional, e preservamos avanços obtidos antes de nós. São inegáveis os benefícios das políticas públicas de nossos governos para as classes populares. É inegável nossa contribuição para ampliar a presença das classes populares no governo do país, de estados e de

idades. A memória popular de nossa política a favor da maioria é a nossa principal força residual neste momento de resistência.

37- Não conseguimos, como sinceramente queríamos, transformar radicalmente este Estado. Conseguimos nele um 'reformismo moderado', a 'utilização das margens' numa conjuntura econômica internacional favorável, uma democratização ampliada, porém insuficiente, pois não conseguimos fazer uma reforma política que consolidasse os avanços democráticos.

38- Lula, na presidência da República, dizia: 'não temos o direito de errar'. Pois, querendo acertar, terminamos exercendo este direito. Errou o governo, respaldado pela maioria partidária, ao optar na persistência de uma ampla coalizão com partidos conservadores. De início, ela permitiu obter os avanços que deixaram um legado positivo de políticas sociais, de medidas democratizadoras, de soberania internacional, a ser reconhecido pela história. Ela ajudou a resistir ao primeiro assédio das forças golpistas quando do episódio do Mensalão. Mas, a persistência a qualquer custo desta ampla coalizão barrou as reformas mais profundas, e se espalhou como regra nas alianças locais. Até que tais aliados conspirassem contra o governo, isolassem o PT, se engajassem no golpe que depôs a presidente Dilma, e agora lá estão eles dando sustentação ao governo ilegítimo e aprovando reformas que retiram direitos sociais. Acreditava-se, e foi um equívoco, que a conciliação seria um caminho viável de larga duração para avanços das classes populares e para a governabilidade. Assim, a mobilização de forças populares que nos sustentavam na sociedade ficou debilitada, substituída por estratégias eleitorais e parlamentares. Os costumes se arraigaram tanto que até hoje, após a consumação do golpe, em muitos parlamentos a bancada do PT repete aliança com os golpistas.

39- Nosso governo federal errou ao fazer concessões extraordinárias ao grande capital, e se conformar com a manutenção da força e dos privilégios dos sistemas burocrático, judicial, policial e militar vigentes. E tal prática contaminou a maior parte de nossos quadros dirigentes do poder local. Capitulamos frente a uma poderosa mídia privada, contra a qual não conseguimos sequer uma regulação econômica, como já existe em muitos países, e muito menos criar uma potente voz alternativa. Nem o governo nacional, nem os governos locais investiram neste campo, e nem o partido se dedicou concretamente a tal propósito, embora em seus pronunciamentos o defendesse.

40- Nos conformamos com a hegemonia da ideologia conservadora, em nome de uma governabilidade que ela não nos assegurou. Aderimos a campanhas eleitorais cada vez mais dependentes do poder econômico privado e de suas relações espúrias com a política – fonte de corrupção, com a qual fomos tolerantes, quando não cúmplices, e da qual agora somos vítimas. As políticas de transferência de renda, importantes embora tímidas para um país de tanta desigualdade, não romperam com as práticas de controle dos caciques locais.

41-Descuidamos, e muito, de avançar na construção de um novo protagonismo político das classes populares, para que assumissem um papel efetivo na defesa dos avanços que as beneficiaram, no acúmulo de forças para uma transformação mais radical da sociedade, e na conformação de uma nova governabilidade.

42-Quando fomos governos locais e governo nacional, em seus melhores momentos avançamos nas políticas de inclusão das classes populares nas questões de Estado através de um sistema de participação popular. A crise fiscal que reduziu a capacidade dos nossos governos de atender as demandas populares e a tendência a transformar as estruturas de participação em mero rito ou em instrumento eleitoral fizeram que nós mesmos reduzíssemos sua efetividade. Precisamos num novo projeto de país dar novo vigor a um aprofundamento da democracia participativa.

43-Nos afastamos da juventude, não apenas pela sufocadora predominância política interna das antigas lideranças partidárias, que levou a juventude petista a compartilhar suas prioridades, métodos e erros, mas também por sermos governo numa sociedade em que os avanços que promovemos não foram suficientes para quebrar as desigualdades e as estruturas opressoras do Estado.

Resistir para colocar nossos grandes objetivos na ordem do dia

44- Estamos num tempo de resistência e de defensiva. Mas os retrocessos em curso, especialmente a reforma da previdência e a precarização das relações trabalhistas, começam a trazer de volta para a luta as classes populares, ampliando a força dos setores mais organizados e conscientes que restaram na luta contra o golpe. Temos que ousar dizer na contracorrente de hábitos que adquirimos: não é momento de tratar as eleições como o caminho principal no qual devemos apostar nossas forças e nossos esforços!

45-Temos que tratar 2018 como um dos mecanismos de resistência contra os retrocessos e de disputa do apoio e da mente popular. Reorientar grande parte de nossa energia, de nossa experiência, de nossa capacidade, de nossa militância nas lutas de resistência contra as medidas que o golpe vai impondo em prejuízo da maioria do povo é essencial para tirar uma lição de nossos erros e reconectar com a maioria da sociedade. É neste sentido, e no sentido de resistir aos ataques que tentam destruí-lo como símbolo que é da esquerda brasileira, que entendemos e apoiamos a candidatura de Lula à presidência da República.

46-Agora temos que ajudar a construir uma grande Frente de Resistência Popular que dispute pelo povo e junto com ele os gastos públicos; que impeça a reforma da previdência; que lute contra a redução de verbas para saúde, educação e programas sociais; que resista à terceirização e à redução de salários; que neste processo prossiga a luta contra o golpe, pela retomada da soberania popular, pelo retorno dos direitos arrebatados pelas medidas do

governo golpista.

47-O PT terá de se adequar a um novo ciclo de disputa política e social, de disputa de projeto de país. Precisarà entender que ao invés de se sobrepôr às outras forças políticas democráticas, deverá compor com as mesmas um amplo arco de interesses comuns. Não se trata de cooptar essas forças políticas mas de, entendendo sua diversidade e especificidades, compor um processo de frente política não apenas de forças partidárias, mas de forças políticas organizadas em torno de movimentos sociais, de movimentos de opinião pública, de movimentos intelectuais das várias áreas, de movimentos relacionados às diversidades individuais e sociais. É necessário entendermos que as forças de resistência e de disputa do avanço do país também têm contradições internas, mas que o tratamento dessas diferenças e contradições precisa ser profundamente democrático e respeitoso.

48-Devemos lutar contra qualquer retrocesso em outros direitos conquistados nas lutas dos movimentos sociais das mulheres, que produziu um novo feminismo libertário; dos negros que contrapôs ao racismo a afirmação da negritude e as políticas afirmativas; dos LGBTs que em suas lutas contra a homofobia conquistaram direitos fruto da livre orientação sexual; dos indígenas que na luta pela terra e pela identidade étnica obtiveram avanços ora ameaçados; assim como a luta da juventude contra ameaça a direitos adquiridos; dos idosos, e outros segmentos contra todas as formas de discriminação e opressão. Este reconhecimento e valorização é fundamental para o sucesso desta ampla Frente de Resistência Popular.

49-Esta resistência contra os atos impopulares do governo ilegítimo e de governos locais da mesma extração política, permitirá mostrar ao povo quem está de seu lado e quem está contra ele. A luta política não pode se reduzir ao 'Fora Temer'. É preciso revelar e responsabilizar os grupos econômicos, midiáticos e burocráticos, que atacam os direitos populares e se ocultam ou dissimulam atrás do governo e do parlamento. No mesmo passo em que se luta contra as medidas do governo usurpador e contra ele, é preciso revelar e desgastar quem o apóia. Daí a importância na arena parlamentar de: 'petista não vota em golpista'.

50-Embora ainda não estejam claros os desdobramentos de processos judiciais que pedem a cassação da chapa Dilma-Temer e de processos judiciais que põe em risco a candidatura de Lula em 2018, a bandeira de eleições presidenciais antecipadas tem seu lugar na denúncia do golpe e na luta contra ele. A bandeira da reforma política, que não conseguimos implementar quando tínhamos a presidência da República e largo apoio social, também depende para ser mobilizadora do povo, da retomada da confiança popular na esquerda. Se assim não for, qualquer reforma política neste momento, será uma reforma conservadora – que já está acontecendo. O mesmo ocorre com a bandeira de uma Constituinte. Ela só significará um avanço para as classes trabalhadoras se for resultado de um longo processo de mobilização e educação popular, tal como aconteceu com a Constituinte de

1988, resultado das lutas desenvolvidas contra a ditadura e pelos direitos trabalhistas e sociais durante a segunda parte da década de 1970 e a maior parte da década de 1980.

51-O caminho da resistência popular está se fazendo ao caminhar, como nas manifestações de rua do dia 8 de março em que a luta das mulheres assumiu um caráter de luta popular pelos direitos de gênero; no dia 15 de março, quando a greve de várias categorias profissionais contra a reforma da previdência e a terceirização mostrou que a classe trabalhadora começa a se movimentar, e o fará ainda mais em novas manifestações previstas, e mostrou que já não é impensável uma greve geral; e a manifestação de massas em Monteiro, na Paraíba, no ato de “inauguração popular” da transposição das águas do Rio São Francisco, no dia 19 de março mostrou que o mito do Lula é um fermento ativo da mobilização popular, fundamental à resistência ao golpe, ao governo ilegítimo e ao novo regime de restrições democráticas.

52-No curso destas lutas temos que apresentar uma alternativa de projeto nacional diferente do que está aí. Para impulsionar a economia a partir da distribuição da renda; do exercício do direito ao trabalho, e do trabalho bem remunerado; da proteção estatal das populações pobres; da garantia de direitos previdenciários hoje assegurados; da formalização do trabalho para proteger o futuro de quem vive na economia informal; do crédito facilitado aos empreendimentos individuais ou coletivos. Queremos impulsionar a economia estimulando a produção nacional, a produção com conteúdo local, o desenvolvimento científico e tecnológico nacional, com ganhos de produtividade e de sustentabilidade ambiental. Defendemos a ampliação do papel dos bancos públicos, o fortalecimento da presença do Estado na economia, ao contrário da vigente política neoliberal com sua política de privatizações dos bens públicos.

53- As novas formas de organização do capitalismo exigem um Estado mais forte que no passado, dada a perspectiva da queda na oferta de empregos em virtude da quarta revolução industrial. A garantia de renda dado ao elevado desemprego passa a ser cada vez maior, indo além de uma política de combate à pobreza.

54- Defendemos a participação obrigatória da Petrobras na exploração do petróleo do pré-sal e o máximo de conteúdo nacional em suas compras. Queremos taxar os mais ricos para aliviar a contribuição da maioria da população. Queremos a queda radical dos juros. Estamos com o pequeno agricultor e o trabalhador rural na luta pelo seu acesso à terra, ao crédito, à tecnologia, à comercialização. Defendemos o desenvolvimento da produção cultural nacional.

55- Temos que voltar a nos destacar pela prioridade à educação, à saúde pública, ao ensino técnico-profissional de qualidade, ao mais amplo acesso à universidade. Não podemos ficar alheios ao agravamento da criminalidade e da

violência. É do tráfico de drogas que a maior parte da população carcerária provém. O resultado das prisões é sempre mais crimes. É preciso lutar pela mudança da política antidrogas fracassada em todo o mundo, estabelecendo uma nova política que comece pela legalização da posse e comércio de drogas leves. E voltar a um efetivo combate ao genocídio da juventude negra e pobre.

56- Precisamos entender que as pautas de defesa do meio ambiente e da natureza têm grande influência na sociedade porque se percebeu que o atual modo de produção e consumo alimenta a hegemonia do capital e produz danos irrecuperáveis aos ecossistemas naturais e ameaça as condições de vida na terra. Mesmo o processo de industrialização não será igual ao passado, em face da necessária ênfase na sustentabilidade. Ao mesmo tempo tais pautas não tiram a premência da luta pelos direitos econômicos da população e pelo seu acesso a serviços públicos de qualidade.

57-São muito importantes os laços internacionais que nos defendam do poder econômico, tecnológico, militar e cultural norte-americano e de seus aliados numa geopolítica de dominação mundial. Por isso, diz respeito ao bem-estar de nossa sociedade brasileira o desenvolvimento harmônico e a defesa comum da economia da América do Sul, a garantia da democracia, o respeito à autodeterminação dos povos e nações, o respeito às diversidades étnica, religiosa, cultural e regional das nações, o fortalecimento dos mecanismos de união como o Mercosul e a Unasul. E no plano geral do mundo são de grande importância nossas relações com a Rússia, a China, a Índia, a África do Sul na organização comum, inclusive com o desenvolvimento de um banco internacional dos BRICS e ação conjunta na ONU, inclusive em seu Conselho de Segurança, e em outros organismos internacionais.

Renovar o PT para dar conta destas tarefas

58-A crise do PT não é apenas fruto de derrotas políticas. Ela tem sua dimensão ideológica. A militância partidária lá atrás, vinda das lutas pela revolução socialista, das lutas contra a ditadura, das lutas sindicais e populares, da intelectualidade progressista e democrática, começou como expressão dos excluídos e oprimidos, ela mesma excluída do poder e igualmente por ele oprimida. Na medida em que foi crescendo o número de parlamentares, que foram sendo conquistadas prefeituras e governos de estado, e tendo chegado ao governo nacional, grande parte da militância partidária foi incluída nas instituições de Estado.

59-A nossa inclusão no Estado foi contraditória. Na medida em que lá conseguíamos avanços para o povo, nos aproximávamos dele e ele de nós. Quando então o povo não tinha do Estado as respostas que esperava, ele foi se afastando de nós. Passamos a ser como os outros a 'classe política', uma minoria da sociedade, privilegiada e diferente. Aí reside grande parte da dificuldade de relação entre o PT e a juventude, um dos segmentos mais afetados pelo desemprego, e por sua característica geracional, um segmento mais propício a contestar o poder.

60-O diálogo com o capital, por sermos governo e por ser ele financiador de nossas campanhas, foi corrompendo nossos valores e assimilando valores dele. Chegamos a ter companheiros de grande poder partidário servindo como conselheiros de grandes corporações privadas. A pecha de corruptos impingida sistematicamente em nós pelos adversários de classe se reporta a estas relações com o capital e com o manejo dos recursos públicos.

61-Muitos petistas se agarraram a este Estado como algo definitivo em suas vidas. A concentração no imediato, na defesa de carreiras, de cargos e de vantagens da corporação, desbotou os ideais generosos e originários. A antiga geração guardou a meta do socialismo na memória, desligada das ações do presente, e a nova geração petista não conseguiu dialogar com o socialismo e colocá-lo como perspectiva.

O PT terá de renovar-se na teoria, na organização, e na prática

62- Nosso programa máximo é a realização da utopia da sociedade socialista, democrática e sustentável. E nossa atuação dentro da sociedade brasileira na esfera institucional e não institucional, econômica e ambiental, política e cultural deve servir à sua realização.

63-O PT terá que renovar a sua teoria. Terá que coletivamente entender a formação social e econômica brasileira capitalista, financeirizada, internacionalizada; com industrialização tardia razoavelmente estruturada hoje em declínio; com uma agricultura capitalista moderna convivendo com agricultura familiar que precisa ser estimulada e protegida; com uma forte mercadorização dos bens comuns, não obstante a existência de numerosos territórios protegidos, de unidades de conservação, terras indígenas e quilombolas, sempre objeto da cobiça do capital e hoje mais ainda ameaçada; e, nos ambientes urbanos, os bens comuns cada vez mais ameaçados pela privatização.

64- O PT terá que entender as mudanças que o capitalismo contemporâneo provocou na classe trabalhadora com a nova divisão de trabalho no mundo que encolheu nossa indústria, com a robotização que enxugou os empregos, com a generalização do trabalho imaterial, com a atomização dos locais de trabalho. Portanto, terá que rever sua atuação na organização e nas lutas da classe trabalhadora. Não bastará só trabalhar com a vigente organização sindical, nem apenas com os setores tradicionais. Nem apenas será suficiente reconhecer a perversa concentração de renda e exclusão social da maioria da população. Será preciso reconhecer e denunciar o consumismo, que só marginalmente inclui a maioria do povo, criando sempre quimeras inatingíveis para ela. Reconhecer e denunciar a degradação acelerada dos ecossistemas naturais, antevendo a perda de vantagens relativas que o país ainda tem por ser um país megadiverso.

65-O PT terá que tirar conseqüências do entendimento de que sem a grande

mídia a desconstrução do partido na sociedade não teria sido realizada de maneira tão profunda; sem a grande mídia a população não teria tomado as ruas em apoio ao impeachment; sem a grande mídia não se teria promovido a demonização da política. A grande mídia televisiva, impressa e digital assumiu a formação do pensamento nacional, esvaziando a escola desse papel. Se este cenário não for enfrentado não será possível fazer uma luta vitoriosa. O tema da comunicação é central na história da luta de classes desde o final do século 19. Os nazistas, os imperialistas americanos, os ditadores militares brasileiros, os juízes e promotores do Mensalão e da Lava Jato, a polícia federal, os João Dórias - todos estes usam e abusam de estratégias de comunicação e marketing de massa. O PT não pode continuar achando isso pouco relevante e depender do filtro da grande mídia para chegar ao povo

66- Será preciso um desenho franco do cenário da comunicação de massa no Brasil, a compreensão de sua centralidade no processo de formação do pensamento brasileiro contemporâneo, a impossibilidade de se fazer uma transformação social democrática e distributiva de riquezas sem fazer a disputa da comunicação de massa. O golpe desfez as ilusões. Será preciso agora sair da inércia ou do fatalismo, e dar passos ousados para resolver esse gargalo. No governo não aproveitamos a oportunidade para erigir um sistema público que confrontasse a grande mídia e, particularmente, a TV Globo. Agora não existe condição material e nem conjuntural para algo do tipo. O caminho está na internet. Não porém restrita a sites e redes fechadas e sem atratividade. Nem à mera multiplicação de esforços individuais. Terá que ser uma política coletiva e prioritária do partido em aliança com a "*Frente de Resistência Popular*" cujos integrantes precisarão ter a mesma compreensão da necessidade de coordenar para universalizar.

67-O PT terá que retomar os valores do socialismo democrático, entendendo e denunciando as características atuais do capitalismo globalizado no qual se integra o Brasil. Precisamos trazer para esta compreensão, na ação e no debate ideológico, as forças sociais dos assalariados, dos autônomos, dos pequenos proprietários, dos pobres, das periferias, do movimento estudantil, da intelectualidade progressista, e de todos os setores oprimidos na sociedade.

68- Portanto, se o PT se dedicar, como alguns o querem e o fazem, apenas a reconstruir caminhos e carreiras eleitorais, estará muito distante dos enormes desafios do presente e não tirará consequência dos erros que facilitaram sua derrota, a derrota da esquerda, da maioria do povo, e da soberania nacional. O PT precisa de uma direção nova, em todos os níveis, adequada às novas tarefas políticas, teóricas, ideológicas e organizativas exigidas pela nova conjuntura, pelo novo patamar de luta de classes, das lutas identitárias, culturais e ambientais.

69-As estruturas dirigentes que o PT teve durante o período em que fomos governo não mais correspondem às nossas necessidades políticas em tempos de nosso refluxo. Acostumamos, naquele período, conviver com direções que repercutiam políticas formuladas de fora delas por detentores de mandatos executivos ou legislativos. Necessitamos agora de direção formada por quadros políticos formuladores, por quadros que representem as diversas frentes de luta, que contribuam para a efetivação das políticas definidas lá onde se desenrolam as ações. Como disse Lula, “precisamos de direção que dirija”.

70-O PT precisa de direções que abandonem os vícios burocráticos e cartoriais, sejam de fato formadoras e orientadoras da militância. Que usem mecanismos de consulta aos filiados sobre suas decisões de importância para o partido e para a sociedade. Que respeitem a liberdade dos petistas da crítica pública aos nossos erros, aos nossos governantes, às nossas direções. Que reconstruam e multipliquem a organização partidária, superem sua dependência de mandatos eletivos. Que reconstruam organizações da base partidária, setoriais, sindicais, zonais, regionais. Que dialoguem sobre as questões de interesse da população, organizem as lutas, debatam sobre os grandes temas locais e nacionais; e respeitem a independência das organizações sindicais e movimentos sociais. Que constituam um ambiente de crítica, autocrítica e de utopia. As direções têm que ser portadoras e disseminadoras de um novo projeto de país e de sua aplicação local, ser guias de uma nova teoria que se propõe a superar o sistema presente. O sistema adotado de eleições das direções através do PED mostrou-se inadequado a isso, pois trouxe para dentro do partido as deformações dos processos eleitorais do sistema político vigente, tratando filiados e filiadas apenas como eleitores e não como parte integrante e consciente da construção de políticas, táticas, estratégias e ações.

A UTOPIA DA SOCIEDADE SOCIALISTA, DEMOCRÁTICA E SUSTENTÁVEL

71- É preciso reaproximar o PT da utopia socialista. A utopia da sociedade socialista, ainda que de forma embrionária, orienta os documentos fundantes do PT. Nos últimos anos, particularmente com o exercício do governo, o PT se afastou e agora propugnamos reaproximar-se da utopia da sociedade socialista, democrática e sustentável.

72- Desde a Carta de Princípios de 1979 o PT “entende que a emancipação dos trabalhadores é obra dos próprios trabalhadores”, e o Manifesto do Colégio Sion, São Paulo, em 10 de fevereiro de 1980, afirma que “o PT buscará conquistar a liberdade para que o povo possa construir uma sociedade

igualitária, onde não haja explorados nem exploradores”. Em 1981, no discurso do Lula que se tornou documento oficial, está mais explícito: “Não queremos apenas melhorar as condições do trabalhador explorado pelo capitalismo. Queremos mudar a relação entre capital e trabalho. Queremos que os trabalhadores sejam donos dos meios de produção e dos frutos de seu trabalho”. Essa concepção clássica do socialismo tinha um contraponto moderno, ao afirmar os trabalhadores e o povo como sujeitos históricos dessa construção sem cair no reducionismo de imputar tal protagonismo ao partido.

73- Em 1984, o 3º Encontro Nacional articula a participação na luta pela democracia que “não se esgota nas instituições” com a luta pelo socialismo: “Esta participação deve conduzir a uma sociedade sem explorados nem exploradores e sem a divisão entre governados e governantes”. E conclui, “a nossa luta é pela construção do socialismo”. Esta conceituação será sistematizada no 5º Encontro Nacional, em 1987, quando define “a conquista do socialismo e a construção de uma sociedade socialista são os principais objetivos estratégicos do PT.” E define os movimentos estratégicos para alcançá-los: “realizar uma mudança política radical; os trabalhadores precisam transformar-se em classe hegemônica e dominante no poder do estado”.

74- Do ponto de vista conceitual o 3º Congresso avança quando afirmou a máxima “o socialismo petista ou será democrático e sustentável, ou não será socialismo”, incorporando o conceito da sustentabilidade ambiental ao núcleo central da utopia. E avança ao definir uma posição política de que “os recursos naturais não podem ser apropriados sob regime de propriedade privada, mas de forma coletiva e democrática, em sintonia com o meio ambiente e solidária com as futuras gerações” – importante para a aproximação da utopia.

75- Em 1990, o tema será objeto de resolução específica “O socialismo Petista”, no 7º Encontro Nacional, muito influenciado por dois acontecimentos importantes: a derrota eleitoral e vitória política de 1989; e a derrocada do socialismo soviético. A definição central fortalece a relação entre socialismo e democracia: “o socialismo para o PT, ou será radicalmente democrático ou não será socialismo”. Ao mesmo tempo nega qualquer determinismo econômico, e afirma que “o socialismo é um projeto humano cuja realização é impensável sem a luta consciente dos explorados e oprimidos”.

76. E do ponto de vista da definição do caminho, o VII Encontro Nacional o PT foi taxativo ao negar o chamado socialismo real devido ao “nosso compromisso estratégico com a democracia”, e a social democracia porque não acreditava que se poderia construir o socialismo “a partir dos governos e instituições do

Estado, sobretudo o Parlamento, sem a mobilização das massas pela base”.

Contudo, na prática o petismo real, pelas suas experiências de governo, adotou o caminho antes criticado da social democracia real: reduziu o horizonte utópico ao estado de bem estar social e passou a acreditar que se poderia construí-lo a partir da ação do governo, “sem a mobilização das massas pelas bases”.

77- O avanço teórico não correspondeu a um avanço da nossa prática. Pelo contrário, nos últimos anos houve um afastamento da utopia socialista da luta política, do cotidiano, da vivência e da própria formação política e ideológica dos militantes. Trata-se agora de reaproximar o PT da utopia da sociedade socialista democrática e sustentável na teoria e na prática, a partir da compreensão da sociedade capitalista atual, dos novos padrões das lutas sociais e políticas, e de qual socialismo tratamos.

Utopia, luta de classes e lutas identitárias

78- O PT deve se orientar pela crença, pela perspectiva de realização da utopia da associação de homens e mulheres livres, da sociedade socialista democrática e sustentável, onde homens e mulheres poderão usufruir dos bens comuns (“produzidos” pela natureza) e dos bens do trabalho (produzidos pela conjunção do trabalho humano acumulado e do trabalho corrente) de acordo com suas necessidades materiais, culturais e espirituais.

79- Esta conceituação dialoga com elaborações de pensadores utópicos de diferentes épocas e vertentes filosóficas desde Karl Marx, que escreveu “a natureza é a fonte dos valores de uso (que são os que verdadeiramente integram a riqueza material) nem mais nem menos que o trabalho, que não é mais que a manifestação de uma força natural, da força de trabalho do homem”. E o papa Francisco que definiu “O clima é um bem comum, um bem de todos e para todos”, e defendeu “unir toda a família humana na busca de um desenvolvimento sustentável e integral”.

80-A utopia da sociedade socialista democrática e sustentável é realizável. As condições materiais estão dadas em função da extraordinária capacidade de produção do trabalho alcançado no sistema capitalista, suficiente não apenas para satisfazer as necessidades básicas, mas, também, de assegurar nível médio elevado de bem estar para toda a humanidade.

81-No capitalismo, contudo, isto é impossível porque todo o produto social e acesso aos bens comuns é desigualmente apropriado em função da relação jurídico-política que garante a apropriação privada da maior parte do trabalho acumulado, do produto do trabalho e dos bens comuns e da submissão da maior parte do trabalho humano por uma minoria bem pequena que detém o

poder econômico e controla o poder político.

82-O banco Credit Suisse, da cúpula do sistema financeiro mundial, concluiu, segundo a organização não governamental britânica Oxfam, que “o 1% mais rico da população mundial acumula mais riqueza atualmente que todo o resto do mundo junto”. Aprofundando os estudos, a Oxfam concluiu que “em 2015, apenas 62 indivíduos detinham a mesma riqueza que 3,6 bilhões de pessoas - a metade mais afetada pela pobreza da humanidade”. Conclusão: a ruptura desta relação se torna condição necessária para se adequar a produção às necessidades sociais equitativamente atendidas

83-As condições subjetivas amadurecem, de um lado pela crescente consciência da iniquidade e insustentabilidade do sistema e de outro pelas novas dimensões assumidas pelas lutas da classe trabalhadora e da cidadania. Só se realizará a utopia, contudo, se nos libertarmos ao mesmo tempo da exploração do trabalho e das formas de dominação e opressão arcaicas presentes e fortes mesmo em sociedades de maior desenvolvimento capitalista e regime democrático (e até mesmo nas experiências nacionais de transição ao socialismo) como o domínio do gênero masculino, a discriminação étnica e racial, a homofobia e o preconceito ao LGBT, o patriarcalismo e os preconceitos geracionais.

84- As lutas das mulheres, jovens, comunidades LGBT, povos indígenas, negros e outras etnias, se desenvolveram na maioria das vezes independentemente da luta política classista que, para muitos antigos e alguns novos socialistas, era suficiente para libertar a classe trabalhadora da exploração e a humanidade de todas as formas de opressão. Contudo, a experiência histórica mostrou que “as formas de opressão e dominação assentes na raça, na etnia, na religião e no sexo afirmaram-se pelo menos tão importantes quanto as assentes na classe”, relembra Boaventura de Souza Santos.

85- Essas lutas alcançaram tal dimensão e conseguiram tantas vitórias que se incluíram na agenda política e social atual e redesenharam o ideário utópico e revolucionário socialista com as cores do feminismo, do combate ao racismo e ao xenofobismo, o respeito às identidades nacionais, comunitárias e religiosas, afirmação LGBT e contra a homofobia e a discriminação geracional.

86- De igual forma, a luta em defesa do meio ambiente e contra a degradação acelerada dos ecossistemas naturais assumiu tal dimensão que ganhou aceitação geral a tese de que o modo de produção e consumo capitalista está conduzindo a humanidade para uma catástrofe ecológica global. São muitas as previsões neste sentido, sendo a mais conhecida a do 5º Relatório do Painel

Intergovernamental de Mudanças Climáticas (IPCC, sigla em inglês) que diz sobre o aquecimento global por influência de atividades humanas: “O aumento da magnitude de aquecimento eleva a probabilidade de impactos graves, profundos e irreversíveis. Alguns riscos das mudanças climáticas são consideráveis em temperaturas de 1 ou 2 graus centígrados acima dos níveis pré-industriais. Os riscos globais das mudanças climáticas são muito elevados no caso de um aumento da temperatura média global de 4 graus centígrados ou mais acima dos níveis pré-industriais, e incluem impactos graves e generalizados em sistemas únicos e ameaçados, como a extinção significativa de espécies e grandes riscos para a segurança alimentar mundial e regional”.

87- Nesta questão, vital para a humanidade e a natureza, aproximaram-se futuro, presente e passado. O conhecimento científico sobre os bens comuns e os serviços dos ecossistemas naturais dialoga com os conhecimentos das comunidades tradicionais e povos originários. As formas e objetos das lutas assumiram dimensões econômicas e políticas, mas também simbólicas e místicas quando se percebeu os riscos existenciais. Essa mescla de diferentes percepções e conhecimentos, convicções e sentimentos, suporta uma diversidade enorme de lutas de comunidades, povos e movimentos autônomos que se firmaram pelos seus próprios objetivos e se incluíram nas agendas políticas nacionais e globais. Os conhecimentos, os valores éticos, as iniciativas alternativas de produção e consumo sustentáveis, de comportamentos e atitudes individuais e coletivas compõe uma contracultura ao modo de vida dominante. As concepções do bem viver, da natureza enquanto sujeito de direitos, do conceito ampliado de bens comuns, exigem um redimensionamento teórico e prático da militância socialista libertária.

88- Enfim, as diferentes lutas, de classes, ecológica, as chamadas lutas identitárias e a recorrente luta pela soberania nacional se mesclam e se interagem para nos possibilitar um novo modo de ver a realidade, a partir de uma nova crítica, não acabada mas consistente, ao sistema capitalista e à sociedade burguesa dos tempos da exploração não apenas da classe trabalhadora, mas de quase toda a humanidade e de uma nova forma de ver a utopia da sociedade socialista, democrática e sustentável.

89- A luta teórica e prática contra a degradação dos ecossistemas naturais aponta um limite ecológico para o atual modo de produção e de vida. As lutas contra as velhas e persistentes formas de opressão, dominação e discriminação mostram os limites da democracia representativa. As lutas políticas revolucionárias centradas apenas no combate à exploração de classe mostram suas insuficiências diante da persistência de velhas formas de opressão; e as experiências estatais socialistas, por mais radicais que tenham sido, não impediram o processo de restauração do sistema capitalista.

90- Está se forjando uma nova alternativa político-ideológica ao sistema capitalista (além da proposta socialista clássica), com experiências produtivas e comerciais alternativas (além do combate aos produtos de origem não sustentável), com novas ideias e valores (além do respeito aos direitos humanos), novos sujeitos coletivos (além dos partidos políticos e aparelhos estatais) e novas formas de luta (além das greves e manifestações organizadas) que procuram fugir dos limites impostos pelo estado com suas moderníssimas tecnologias de controle social e monitoramento político (que vão bem além da polícia). São essas ideias e sujeitos que estão pontuando a disputa de hegemonia na sociedade, ou melhor, na humanidade, sem a qual não se pode pensar em aproximação da utopia, no sentido proposto por Eduardo Galeano: “A utopia está lá no horizonte. Me aproximo dois passos, ela se afasta dois passos. Caminho dez passos e o horizonte corre dez passos. Para que serve a utopia? Serve para isso: para que eu não deixe de caminhar”.

Os desafios para a realização da utopia

91- A realização dessa utopia depende do conhecimento e da riqueza acumulada durante todo o caminhar da humanidade para a superação das contradições fundamentais engendradas pelo modo capitalista de produção e pelo modo de vida dominante.

92- A primeira contradição, bem estudada pelos teóricos do socialismo, é a que contrapõe a capacidade do trabalho social (avanço das forças produtivas) à apropriação privada dos meios e produtos do trabalho que, na atualidade, impedem sua total aplicação. Esta contradição está na esfera das relações jurídico-políticas e sua resolução depende de ruptura do poder político dominante e superação da ideologia que o legitima. Mudanças de poder político dependem de revoluções em situações de crise; mudanças econômicas, sociais, ambientais e culturais dependem de uma hegemonia longamente construída, antes, durante e depois das revoluções políticas.

93- A segunda contradição, identificada mais recentemente por teóricos contemporâneos, é a contradição entre o atual modo de produção e consumo e os limites de uso dos bens comuns (da natureza) definidos pela sua capacidade de regeneração e reprodução, isto é, da sustentabilidade. Inverter esta tendência destrutiva exigirá mais que a superação do regime de apropriação privada dos meios de produção, exigirá a reestruturação do sistema produtivo, e mudança de padrões de consumo, em um processo de transição cujo tempo será determinado em parte pela ação humana, em parte pelos processos naturais.

94- Contudo essas mudanças futuras que nos aproximam da utopia, dependem do enfrentamento que fazemos no presente nas novas condições de trabalho e vida impostas pelo capitalismo moderno. A crítica desta nova realidade e a luta social e política presentes definirão o quanto a humanidade acumulará para dar o salto de qualidade no futuro. Agora, no sentido positivo, o futuro se aproxima do presente.

95- A crítica ao capitalismo do século 21, seu modo de vida consumista e o controle social repressivo e ideológico deve dar conta de várias realidades que criaram novas condições para a luta de classes e demais lutas da cidadania. A financeirização da economia possibilitou a multiplicação rápida do capital fictício e submissão de todas as atividades produtivas e comerciais ao controle e benefício das corporações financeiras, inclusive o manejo das dívidas públicas dos estados nacionais. Vários autores estudam essa condição histórica, dentre os quais Luiz Carlos Bresser-Pereira que explica: “A riqueza financeira tornou-se autônoma da produção. Entre 1980 e 2007 os ativos financeiros cresceram cerca de quatro vezes mais que a riqueza real - o crescimento do PIB. A relação PIB e ativos financeiros foi de 10 x 12 trilhões de dólares em 1980; e 55 x 196 trilhões de dólares em 2007”. A financeirização, segundo ele, está associada à ideologia neoliberal: “É o processo legitimado pelo neoliberalismo por meio do qual o sistema financeiro, que não é apenas capitalista, mas também liberal, cria riqueza financeira fictícia”.

96- A crise iniciada em 2008 revelou a fraqueza do sistema financeiro. A elite financeira abandonou o discurso do estado mínimo e maximizou o saque do dinheiro público para evitar a quebra, chantageando os governos com as possibilidades de manifestações populares. Nesta ocasião e ainda hoje, revelou-se o papel estratégico do estado nacional como garantidor e socorrista do capital financeiro, quando os bancos centrais dos Estados Unidos, do Reino Unido e da União Europeia socorreram o sistema financeiro de seus países com trilhões de dólares do erário público enquanto impunham aos países mais fracos econômica e militarmente, o receituário neoliberal de ajuste fiscal, venda de ativos, perda de direitos dos trabalhadores, e condições humilhantes de renegociação das suas dívidas (vide o caso da Grécia, onde o povo se rebelou, criou-se novo partido de esquerda, venceu as eleições e não resistiu às imposições do Banco Central Europeu). Por outro lado, estados nacionais da periferia (incluindo emergentes como a China), foram importantes instrumentos de resistência, em média ou baixa radicalidade, à nova ordem financeira e neoliberal, como demonstraram os governos progressistas da América Latina, onde se incluiu com grande destaque o Brasil até 2015.

97- Enquanto isso, na esfera da produção, as novas tecnologias, impuseram e impõem sucessivas alterações no que e como se produz, criam e extinguem

profissões e categorias de trabalhadores; impõem nova relação de distanciamento dos trabalhadores e trabalhadoras com as máquinas e seus produtos – mudanças essas que estão a exigir novas formas de resistência e luta da classe trabalhadora, para se evitar que sejam transformados em autômatos, teleguiados, escravos, alienados, excluídos.

98- Por outro lado, as novas tecnologias de informação possibilitaram o monitoramento virtual de todas as atividades humanas pela rede de satélites artificiais de comunicação e pela rede mundial de computadores, concentrando poder, dados, informações nas mãos de uns poucos grupos do capital e aparelhos de segurança de poucos estados nacionais, principalmente os Estados Unidos. Serve a interesses militares (disputas geopolíticas, guerras localizadas, controle do espaço e dissuasão nuclear) e comerciais (disputa de mercados, imposição de direitos de exclusividade) e, também, ao controle policial de manifestações e reforço da hegemonia. Edward Snowden, ex-agente da Agência Nacional de Segurança dos Estados Unidos revelou, desde junho de 2013, através do site Wikileaks e dos jornais The Guardian e Washington Post, milhares de documentos que comprovam a invasão e monitoramento de tudo que circula pela internet, especialmente por nove servidoras de empresas entre as quais Facebook, Google, Microsoft e Yahoo, telefones e cabos ópticos. Estas novas tecnologias revolucionaram o modo de comunicação entre as pessoas e comunidades, mas, as corporações capitalistas vão se apropriando delas em escala, como ocorreu desde a invenção da imprensa, do telégrafo, do rádio, da TV, abafando caminhos de liberdade abertos pela inovação.

As lutas favoráveis à utopia apontam o caminho

99- Na sociedade capitalista moderna (incluindo o Brasil) existem forças poderosas que trabalham pela realização da utopia. A principal delas é o surgimento de uma nova classe trabalhadora internacional em função da nova divisão internacional do trabalho possibilitada pelas tecnologias da informação. Enquanto a produção se dispersou por vários países, inclusive da periferia, o controle se concentrou em reduzido número de países desenvolvidos. A luta do trabalho contra o capital tende a assumir caráter internacional e às vezes assume o caráter de luta de países periféricos contra países centrais. A classe operária industrial se reduziu e se dispersou reduzindo seu potencial de núcleo articulador da classe trabalhadora.

100-Essa mesma tecnologia da informação permite a circulação rápida de informações, notícias e dados e o que é mais importante a interação interpessoal – o que dá um protagonismo individual antes restrito a poucas pessoas e protagonismos coletivos jamais pensados. Abriu-se um novo campo de disputa social e política, novas formas de luta de classes, de lutas da

cidadania, enfim, de disputa de hegemonia. Embora as corporações econômicas e os estados mais desenvolvidos econômica e tecnicamente tenham vantagens estratégicas pelo controle dos centros de poder, e pela extensão dos seus instrumentos de poder até a periferia, o campo de disputa está aberto aos mais fracos economicamente que levam a vantagem estratégica de ser maioria, dentro da qual surgem novos sujeitos coletivos, novas formas de organização e luta, virtuais e presenciais.

101- Enfim, trata-se de articular a crítica teórica e a diversidade de lutas sociais, políticas e culturais contemporâneas. A crítica da sociedade capitalista moderna para servir à realização da utopia precisa desvendar as novas formas de exploração do trabalho, de apropriação do excedente, e da acumulação primitiva com a mercadorização dos bens comuns. Precisa desmascarar teorias acadêmicas, discursos políticos, projetos e acordos estatais aparentemente bem intencionados que servem à ideologia dominante de louvação ao capitalismo e à manutenção de hegemonia com a falsa utopia do bem estar para todos. Isto quando o neoliberalismo já a nega, responsabilizando os excluídos pela sua própria exclusão, como perdedores. Esta crítica radical precisa agir para desconstituir conceitos que justificam a continuidade de velhas formas de opressão, violência e discriminação que continuam ativas e fortes.

102- Trata-se de desmascarar o poder do capital fictício e identificar a burguesia oculta que o manipula e dele se beneficia. E identificar e empoderar forças sociais, econômicas, comportamentais, que apontam para a superação de contradições que parecem insolúveis e para estruturas de poder que parecem eternas, mas que em verdade já estão sob confrontação, ameaçadas por alternativas que constituem o novo dentro do velho.

103- O caminho já está sendo construído por quem já está caminhando a partir da enorme diversidade de bandeiras e formas de luta anti-sistêmicas e contra-hegemônicas, em todos os países e nações. Valorizar toda essa diversidade teórica, social e política, cultural e comportamental, de grupos, classes e até povos inteiros que lutam parcial ou totalmente contra o sistema atual é o ponto de partida. Porque a luta é local e global; de comunidade e de classe; de classe e nacional; econômica e política; cultural e ambiental; material e ética; identitária e humanitária; nacional e internacional, e, mais que internacional, é global.

104- As experiências de articulação internacional, como o Fórum Social Mundial ou, em escala regional, como o Foro de São Paulo, possibilitaram e possibilitam troca de experiências e articulação da disputa de hegemonia mais que da disputa política. Isto não nos desobriga de trabalhar na construção desse caminho internacional, mas, nos obriga a pensar, trabalhar e agir no

caminho nacional.

105- Os elementos de construção do novo, na esfera econômica, social e cultural, que favorecem a realização da utopia podem e devem ser construídos ainda dentro do sistema capitalista. A luta institucional, inclusive exercício de governos devem servir a tais objetivos. Para tanto, é necessária a crítica ao modo de produzir, consumir e viver, e seus valores do lucro, vantagens individuais, consumismo, supervalorização do ter e não do ser, e alternativamente criar uma hegemonia baseada em valores humanitários, éticos, do bem viver, uma aproximação subjetiva da utopia.

106- É fundamental se buscar a construção de poder alternativo popular na sociedade, ainda no capitalismo, criando e fortalecendo organizações sociais, sindicais e populares capazes de fazer a luta, contra as formas arcaicas e modernas de captura do excedente, e todas as formas de poder, exclusão e discriminação social, étnica, racial, de gênero, geração e orientação sexual.

107- É preciso ainda constituir elementos materiais e imateriais novos tanto na economia como na vida social que fujam do controle do capital financeiro, enfrentem o mercado ou se autonomizem em relação aos monopólios e oligopólios (como a economia camponesa e as economias solidárias e a produção agroecológica); que construam estruturas coletivas de gestão dos bens comuns, sem transformá-los em mercadorias.

108- Concluindo, o caminho está sendo construído por quem já está caminhando. O protagonismo é das grandes massas da classe trabalhadora e do povo, animadas por partidos e frentes políticas e organizações sociais, econômicas e culturais capazes de compreender o processo histórico e contribuir para aproxima-lo da utopia da sociedade socialista democrática e sustentável. Este é o lugar do PT, este é o papel do novo PT.

109- Assinam essa tese Gilney Viana, Elói Pietá, Carlos Neder, Graça Pacheco, Egon Krakhecke, Vanessa de Oliveira Guaderetto, Antônio Carlos Granado, José Machado, João Pereira Neto, Jaine Soares Teixeira, Sérgio Zimke, Enock Cavalcante e centenas de militantes petistas.